

Produção de verdades e circulação de sentidos na controvérsia alimentos naturais *versus* ultraprocessados

Lucas de Vasconcelos Teixeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Laboratório Digital de Educação Alimentar, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3890-0747>

Tânia Marcia Cezar Hoff

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, São Paulo, SP, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3619-034X>



Resumo

Abordamos neste artigo as disputas discursivas presentes na controvérsia alimentos naturais *versus* ultraprocessados, tendo como marco inicial a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, de 2014. Mobilizamos especialmente preceitos da análise de discurso foucaultiana, como o conceito de rarefações discursivas, para investigarmos a seguinte questão: como se desenvolvem as relações de força e as disputas de produção de verdades e circulação de sentidos na referida controvérsia? O *corpus* é composto por entrevistas com representantes de entidades pró e contra alimentos ultraprocessados. Os procedimentos analíticos englobam o exame dos principais enunciados coletados nas falas dos oito entrevistados, a identificação das rarefações discursivas contidas nesses enunciados e a análise das linhas de força nas disputas de produção de verdades, da circulação de sentidos e dos saberes atrelados ao exercício de poderes. Quanto aos resultados, observamos que ambos os lados da controvérsia se valem de rarefações discursivas na tentativa de dominar o acontecimento aleatório do discurso, engendrando saberes e poderes nas lógicas do consumo alimentar dos brasileiros. Outros achados de pesquisa englobam os enunciados dos defensores dos alimentos ultraprocessados que tendem a despolitizar o debate, enfatizando aspectos de nutrição e higiene; ao contrário, as declarações em favor dos alimentos naturais destacam enunciados sobre a dimensão política da alimentação e o papel das políticas públicas, como o Guia Alimentar para a População Brasileira – referência para outros guias sobre nutrição populacional.

Palavras-chave

consumo alimentar; Guia alimentar para a população brasileira; saber-poder; rarefações discursivas; análise de discurso foucaultiana

1 Introdução

A alimentação é uma das mais básicas necessidades humanas, ficando atrás somente da respiração e da ingestão de água (Carneiro, 2003). Contudo, comer vai além de uma necessidade biológica, pois envolve um complexo sistema de significados e desejos, configurando-se, assim, em uma das vertentes da cultura material que se encontra entranhada em todos os níveis e dimensões do social. Assim, “[...] o ato de comer é um ato comunicativo, gerador de uma interação social, sendo também um local discursivo de produção de sentido em suas representações para a vida cotidiana” (Barreto Filho, 2012, p. 84). Desta forma, a alimentação constitui-se numa instância sociocultural promissora para a articulação de táticas e estratégias comunicacionais para quem aspira ser detentor do poder nas sociedades midiáticas.

No Brasil, a predominância do consumo alimentar está em disputa. De um lado, aqueles que advogam pelo consumo exclusivamente de alimentos frescos e naturais para uma alimentação adequada e saudável e, de outro, aqueles que defendem o consumo de alimentos industrialmente processados como parte de uma dieta equilibrada entre sabor, saúde e bem-estar. Esta controvérsia ganhou corpo quando a definição de alimentos ultraprocessados foi estabelecida pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (NUPENS) da Universidade de São Paulo (USP) e a escala de processamento dos alimentos (Monteiro *et al.*, 2010) foi criada. A escala de processamento, denominada NOVA, projetou-se nacionalmente em 2014 quando foi adotada pelo Ministério da Saúde na segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira e ganhou relevância internacional ao se tornar referência para guias sobre nutrição populacional, por exemplo, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A NOVA separa os alimentos em quatro grupos alimentares (Brasil, 2014): alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários, alimentos processados e alimentos ultraprocessados. O primeiro grupo diz respeito aos alimentos *in natura* – legumes, grãos e frutas – ou alimentos minimamente processados, que são aqueles submetidos a processos como remoção de partes não comestíveis ou não desejadas dos alimentos, além de

secagem, moagem e outros processos similares. Já o segundo grupo trata dos alimentos transformados, como amidos, farinhas, óleos, sal e açúcar. No terceiro grupo estão englobados os alimentos processados, incluindo produtos fabricados com a adição de sal ou açúcar ou outra substância do grupo dois a um alimento do grupo um, por exemplo, pães e queijos. Por fim, o quarto grupo é aquele composto pelos alimentos ultraprocessados, que envolvem diferentes tipos de substâncias e de aditivos, fazendo com que possuam normalmente muitos ingredientes em sua composição, como corantes e aromatizantes, tanto para conservar quanto para modificar cor, odor, sabor ou textura do produto final. Para consumi-los, é necessário somente esquentar, ou nem mesmo isso, pois muitos já são comercializados prontos para consumo. Em outras palavras, são formulações industriais, como por exemplo o refrigerante, a margarina e o macarrão instantâneo, que utilizam aditivos, conservantes e estabilizantes que não costumam fazer parte do alimento natural ou da culinária tradicional.

A indústria alimentícia procura modelar a natureza do alimento e transformá-lo em insumo produtivo, tal qual o de qualquer outro tipo de indústria. É a natureza modelada na cultura e refeita por meio da técnica (Rabinow, 1999). A alimentação industrialmente processada supriu necessidades vitamínicas e minerais de grandes contingentes populacionais (Laudan, 2001), mas, concomitantemente colaborou com o aumento da obesidade nas últimas décadas em países com hábitos alimentares diversos, como os Estados Unidos (EUA) e o Brasil. Uma vez que a natureza é continuamente modificada de acordo com diretrizes industriais, sujeita-se também a satisfazer necessidades biopolíticas (Foucault, 2015). Por biopolítica, entende-se algo que abarque todas as estratégias sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, bem como sobre os regimes de autoridade, formas de conhecimento e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes (Rabinow; Rose, 2006).

De acordo com Freitas e Barreto Filho (2016), poucos conglomerados industriais destacam-se globalmente no setor alimentício: Mondelēz International¹; Nestlé²; Mars³;

¹ Multinacional de origem norte-americana focada em chocolates, biscoitos e confeitos e que é detentora de marcas como: Lacta, Oreo, Trident, Halls e Tang.

² Multinacional de origem suíça focada em chocolates, café, produtos lácteos e culinários e que é detentora de marcas como: Leite Moça, Nescau, Nescafé, Nespresso, Garoto, Maggi e Ninho.

³ Multinacional de origem norte-americana focada em confeitos, chocolates e alimentação pet e que é detentora de marcas como: M&M's, Snickers, Twix, Pedigree e Whiskas.

Kellogg's⁴; General Mills⁵; Unilever⁶; Coca-Cola⁷ e Pepsico⁸. Para os autores, esse tipo de empresa alimentícia global transfere sentidos para os produtos que comercializam, com representações alinhadas às suas lógicas de produção e interesses macroeconômicos que perpassam o dia a dia dos sujeitos. Nesta perspectiva, as ações comunicativas dessas indústrias alimentícias representam um poder midiático com interfaces em uma variedade de campos sociais por meio de seu alcance e pela atenção pública.

Neste artigo, abordamos as relações de poder presentes nas disputas discursivas da controvérsia alimentos naturais *versus* ultraprocessados no Brasil. O objetivo é analisar como se desenvolvem as linhas de força nas disputas de produção de verdades e circulação de sentidos na referida controvérsia, tendo como marco temporal a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, de 2014. Ambos os lados desta controvérsia promovem discursos midiáticos que extrapolam o debate sobre alimento em si e passam a abranger os processos de subjetivação dos sujeitos.

Seguimos os passos de pesquisadores da Comunicação que se debruçam sobre a interface comunicação e alimentação, destacadamente o Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), e outros pesquisadores a ele coligados. Este artigo contribui para os estudos no campo da Comunicação especialmente ao acrescentar, nas análises da interface comunicação e alimentação, a perspectiva biopolítica e a análise de discurso foucaultiana. Deste modo, preceitos relevantes das teorias foucaultianas, como biopolítica, produção de verdades e circulação de sentidos, seriam novas lentes para a compreensão do consumo alimentar brasileiro, no qual atores insinuam-se para ampliar seu próprio universo simbólico e instituir pedagogias de consumo que os beneficiem. Em outras palavras, as implicações versam sobre a necessidade imanente da alimentação confrontada com embates discursivos de diferentes atores da controvérsia natural *versus* ultraprocessado, cada qual com convocações comunicacionais diversas sobre como se alimentar e sobre o que é comida saudável, entre outras modalizações que configuram identidades, comunicam e suscitam pertencimentos.

⁴ Multinacional de origem norte-americana focada em cereais matinais, snacks e biscoitos e que é detentora de marcas como: Sucriños e Pringles.

⁵ Multinacional de origem norte-americana focada em produtos culinários e snacks e que é detentora de marcas como: Yoki, Kitano e Häagen-Dazs.

⁶ Multinacional de origem anglo-holandesa focada no setor alimentício em sorvetes, margarinas, temperos e molhos e que é detentora de marcas como: Hellmann's, Knorr, Kibon, Becel e Maizena.

⁷ Multinacional de origem norte-americana focada em refrigerantes, sucos, águas e bebidas energéticas e que é detentora de marcas como: Coca-Cola, Fanta, Sprite, Del Valle, Ades, Crystal, Matte Leão e Powerade.

⁸ Multinacional de origem norte-americana focada em refrigerantes, salgadinhos e bebidas energéticas e que é detentora de marcas como: Pepsi-Cola, Gatorade, H2OH!, Lay's, Doritos, Cheetos e Ruffles.

2 Referencial teórico

Os meios de comunicação promovem uma visibilidade mediada (Thompson, 2018), pois aquilo que poderia passar despercebido torna-se visível para o grande público e, em maior ou menor grau, passa a fazer parte dos enfrentamentos diversos constitutivos das interações sociais – desde aquelas interações concernentes às minorias, outrora invisibilizadas, até aquelas relativas aos ‘donos do poder’, que buscam a manutenção do *status quo*. Por meio dessa visibilidade mediada, modifica-se a natureza da interação social e, para compreendê-la, é necessário perceber como estas interações foram transformadas pelas e nas mídias comunicacionais, com ênfase nas interações baseadas nas organizações midiáticas. Assim, a mídia tanto pode tornar visível o já visto – reforçando o dominante – quanto pode conferir visibilidade a questões veladas, modificando as linhas de força dos regimes de visibilidade e, em alguns casos, as relações de poder. Conforme Gregolin (2007), a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual uma ‘história do presente’ é estruturada, colocando em circulação vontades de verdade materializadas em discurso.

As práticas discursivas elencam um conjunto de regras anônimas e históricas determinadas no tempo e no espaço que definem, em diferentes contextos (sociais, geográficos, econômicos e políticos), as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 2008). Assim, é importante analisar as práticas discursivas, pois o dizer institui os temas e os conceitos em circulação de determinado momento, ou seja, as ‘verdades’ são historicamente produzidas (Gregolin, 2007).

Na análise discursiva foucaultiana, a ênfase recai nas condições que permitem o aparecimento de certos enunciados, a proibição de outros e a emergência das sujeições, ou seja, os modos de ver, sentir e conceber o mundo. Neste sentido, analisar os discursos significa tentar compreender as formas pelas quais as verdades são produzidas e enunciadas.

Gregolin (2004) explica que enunciados são conjuntos de signos em função enunciativa. A autora coloca frases, proposições e formulações em relação com um campo de objetos, situando estas unidades em um conjunto de posições possíveis para um sujeito que as insere em um domínio de coexistência e que as assenta em um espaço de materialidade repetível (Foucault, 2008). O enunciado é aquilo que já foi dito, repetido, que possui uma ordem de elaboração e uma história, que efetua ou atualiza relações de forças (Deleuze, 2013). Por sua vez, a enunciação é o momento de atualização do enunciado no presente.

O enunciado é elemento central na análise de discurso foucaultiana, sendo que esta análise do discurso busca ou observa a ‘positividade do discurso’, de tal modo que ele não busca o que está oculto, mas o que é dito nas condições de possibilidades do dizer.

Em *A ordem do discurso*, o filósofo dedica-se a compreender a ‘rarefação do discurso’, ou seja, regras e institucionalidades que tornam o discurso asfixiante, dificultando a enunciação transgressora em relação à determinada ordem. Ao identificar a potencialidade do discurso na produção de verdades, Foucault também considera as possibilidades e perspectivas críticas para resistir a essas rarefações, para escapar da ‘ordem do discurso’.

São três as formas de rarefação do discurso, a saber: as *exterioridades* (aquilo que não está exatamente no discurso em si, mas que ‘de fora’ é capaz de freá-lo); as *interioridades*, ou seja, disciplinas e controles que são impostos no nível enunciativo para que o discurso seja aceito ou mesmo transmitido; e as *condições de possibilidade*, segundo as quais deve-se obedecer a certos tipos de discurso para que determinado regime enunciativo possa emergir (Foucault, 1999). Estas rarefações podem acontecer isoladamente, mas normalmente se articulam.

As *exterioridades* (Foucault, 1999) podem ser divididas em três tipos: por *proibição/constrangimento*, por *interdição* – como a dos loucos –, e pela *vontade de verdade*, isto é, a compreensão de que a oposição entre o ‘verdadeiro’ ou o ‘falso’ do discurso é uma separação historicamente constituída.

As *interioridades* (Foucault, 1999) também se reúnem em três grupos: *comentário*, *autoria* e *disciplina*. O *comentário* deve obediência a uma narrativa primeira, o que tira a liberdade de outras possibilidades de enunciação, ou seja, a novidade não está no que é dito, mas no ‘acontecimento de seu retorno’. A *autoria* é outra das rarefações da interioridade, sendo esta entendida como princípio do agrupamento do discurso (por exemplo, a filosofia platônica ou a existencialista) e não o indivíduo/autor falante. Já a terceira interioridade é a *disciplina*, que molda o discurso conforme regras estritas de possibilidades.

As rarefações do discurso, do ponto de vista das *condições de possibilidade* de emergência do discurso, dividem-se em algumas especificidades de surgimento: *ritual*, *sociedades do discurso*, *grupos doutrinários* e *apropriações sociais* (Foucault, 1999). O *ritual* define a qualificação que aquele que fala deve possuir e o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; as *sociedades do discurso* detêm o ‘segredo’ a respeito de um assunto, ou seja, poucos depositários de saberes ininteligíveis para a maioria dos sujeitos. As *doutrinas* (religiosas, políticas, filosóficas) vinculam os sujeitos a certo tipo de enunciação, excluindo

outras formas de conexão; por isso, realizam uma dupla sujeição: a dos sujeitos que falam e a dos discursos ao grupo, porque o discurso só será pronunciado por um grupo específico. Por fim, a quarta condição de possibilidade rarefeita é a das *apropriações sociais do discurso*, que pode ser entendida como uma síntese das demais condições porque se dá sobre a educação e sobre o sistema de ensino, afinal, os sistemas educacionais são formas políticas de permanência ou alteração de discursos, saberes e poderes. Portanto, toda prática de poder é intimamente atrelada a uma prática de saber.

Para Deleuze (2013), quando esse ‘saber-poder’ (um saber articulado ao exercício de um poder) se manifesta em exterioridades como as instituições – o Estado ou qualquer outra – observa-se a emergência de regimes de visibilidade e de enunciados.

3 Procedimentos metodológicos

No contexto da controvérsia alimentos naturais *versus* ultraprocessados, as disputas discursivas são acirradas, pois, de um lado, temos os representantes das entidades que defendem os interesses das grandes corporações produtoras de alimentos ultraprocessados – empresas que ocupam lugar dominante nas relações produtivas e econômicas do mercado global. De outro, temos os representantes de entidades que ocupam posição de sujeito não dominante no setor alimentício e que disputam o mercado, defendendo a produção de alimentos naturais, orgânicos e oriundos da produção local.

Antes da ida a campo para a concretização das entrevistas, realizou-se uma entrevista pré-teste. O entrevistado nesse pré-teste foi um ex-diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que lidou por muitos anos com ambos os lados da controvérsia. Esta etapa foi importante para verificação de fidedignidade, validade e operatividade (Marconi; Lakatos, 2017) do roteiro de entrevistas. Por meio deste pré-teste, vimos a necessidade de mudanças, como a diminuição no número de perguntas e melhorias na formulação de outras.

Tendo em mãos o roteiro de entrevistas validado, foi possível solicitar a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing (CAAE 37309920.9.0000.9127) e avançar para a etapa das entrevistas semiestruturadas. Os critérios de coleta de dados primários – seleção dos entrevistados – foram os seguintes:

- a) realizou-se contato por e-mail com 12 entidades atuantes no setor alimentício, favoráveis ou contrárias aos alimentos ultraprocessados, sendo que oito concordaram em participar;

- b) optou-se por não buscar novos entrevistados para que a equidade entre entidades favoráveis e contrárias aos alimentos ultraprocessados fosse mantida, uma vez que todas as recusas foram de entidades favoráveis aos ultraprocessados;
- c) aquelas que concordaram em participar elegeram um representante como contato a ser entrevistado;
- d) os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e puderam expressar seus conhecimentos e suas experiências com liberdade para manifestar-se conforme sua vontade, sem constrangimentos por parte do condutor da entrevista. Foi dada garantia de que o nome ou dados pessoais dos participantes não seriam citados, sendo mencionado somente como “entrevistado”, “colaborador” ou “representante” de determinada entidade/associação.

Desta forma, o *corpus* é composto por oito entrevistas semiestruturadas com representantes de entidades ligadas ao setor alimentício, sendo quatro defensoras do consumo de alimentos naturais e minimamente processados como constituintes de uma alimentação saudável e quatro favoráveis ao consumo equilibrado de alimentos ultraprocessados na composição de uma dieta saudável. O primeiro grupo é composto por: Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde Pública, da Universidade de São Paulo (NUPENS); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); Aliança de Controle do Tabagismo ACT Promoção da Saúde), em sua divisão que trata da alimentação saudável; e Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN). No segundo grupo temos: Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN), regional São Paulo da Associação Brasileira dos Engenheiros de Alimentos (ABEA-SP); Associação Brasileira de Leite Longa Vida (ABLV); e Associação Brasileira das Indústrias de Queijo (ABIQ).

4 Resultados

Os procedimentos analíticos englobam a identificação dos principais enunciados coletados nas falas dos oito entrevistados, sendo seis mulheres e dois homens (estes últimos representando entidades ligadas à defesa pelo consumo de alimentos ultraprocessados). Após a extração dos enunciados, foi feita a análise das rarefações discursivas contidas nesses enunciados - elementos que serão detalhados nos itens 4.1 e 4.2. A partir das rarefações discursivas, inferimos as linhas de força nas disputas de produção de verdades, circulação de sentidos e os saberes atrelados ao exercício de poderes (pormenorizados nas sessões de

discussão geral e de considerações finais). Este tratamento de dados foi primeiramente empregado dentro de um escopo mais amplo na tese de doutorado *Controle da alimentação, controle da vida: controvérsias midiático-discursivas e biopolíticas e biossociabilidades do consumo alimentar* (Teixeira, 2022).

4.1 Entidades favoráveis ao consumo de ultraprocessados como parte de uma dieta equilibrada

O representante da ABEA-SP⁹ destaca que o objetivo principal da associação é:

[...] a valorização do profissional, tá? É a valorização do profissional da engenharia de alimentos, ok? [...] E aí, dentro dessa valorização profissional, inclui outros objetivos, que caem na melhoria de qualidade de vida desses profissionais, com promoção do desenvolvimento de áreas de atuação junto a setores produtivos, junto à sociedade.

A valorização do engenheiro de alimentos evidencia as institucionalidades, ou seja, o saber formal, os procedimentos organizacionais e a atividade profissional como alicerces da segurança alimentar. Trata-se de estratégia de saber-poder que qualifica o conhecimento técnico-formal em detrimento do conhecimento popular. Já aqui identificamos uma rarefação discursiva, a da *sociedade do discurso*, na qual existem os detentores de saberes inacessíveis para a maioria. A entidade tem como objetivo valorizar essa classe profissional, atribuindo ao engenheiro de alimentos legitimidade e autoridade – um saber-poder – sobre todo tipo de alimento. Ao afirmar que a população precisa “desenvolver o hábito de buscar informações sobre os alimentos que consome, pois o que cada pessoa ingere é, em última instância, de sua própria responsabilidade”, o entrevistado evidencia a estratégia de desqualificação dos saberes e das práticas populares.

Também identificamos rarefação do discurso quando o entrevistado explica que os representantes da entidade estão “em contato constante com as universidades, principalmente aquelas localizadas no estado de São Paulo, desenvolvendo uma comunicação pautada em estudos científicos”. O saber e o discurso científico, nessa situação, conferem credibilidade às informações divulgadas pela indústria alimentícia. Por exemplo, informações como a da necessidade de atualização do Guia Alimentar para a População Brasileira porque a nomenclatura ‘ultraprocessado’ não existiria dentro da Ciência e Tecnologia da Engenharia de

⁹ Entrevista de pesquisa concedida de forma online em 20 de maio de 2021.

Alimentos e que a contagem do número de ingredientes para definir o grau de processamento de um alimento (um dos preceitos do guia) não se sustentaria tecnicamente. Aqui percebemos as três rarefações do discurso pertencente às interioridades. O *comentário* inibe outras possibilidades de enunciação ('confie no que digo'); a *autoria* como princípio de agrupamento do discurso (os engenheiros de alimentos se baseiam em estudos científicos); e a *disciplina*, com a invocação de instituições (universidade e empresa alimentícia) que moldam o discurso conforme regras estritas de possibilidades (no caso, regras do discurso científico). Podemos inferir que as *apropriações sociais* constituem outra rarefação presente neste ponto, pois o 'confie no que eu digo' se apoia no fato de que as empresas 'estão em contato', ou seja, elas têm acesso ao saber produzido nas universidades, o que o cidadão comum não tem.

O representante da SBAN¹⁰ enuncia que "[...] não existe alimento bom ou ruim. [...] Existem hábitos desequilibrados e dietas desequilibradas. Você pode ir no McDonald's? Evidente que você pode. Você pode comer feijoada? Pode. [...] Só que não precisa comer isso todo dia". E complementa a explicação ao afirmar que "[...] todos os alimentos podem fazer parte da tua dieta, contanto que você faça variação, entendeu, e coma de forma moderada". Evidencia-se, nesta fala, um saber-poder do sujeito consumidor, a quem é atribuída a responsabilidade de "comer de forma moderada". Trata-se de rarefação da *vontade de verdade*, na medida em que a diferença entre o 'verdadeiro' e o 'falso' do discurso é uma separação historicamente constituída. E o *comentário* e a *disciplina* atuam como formas de controle do discurso.

Ainda para o representante da SBAN:

[...] os meios de comunicação, eles se amplificaram, né, ele amplificou o tema. [...] Então hoje você vê... tem muitas pessoas, né, assim, profissionais com pouca formação, que são, né, que são vozes amplificadas. Se vê muito charlatão. [...] Muito, muito. Você vê muita desinformação.

O controle se dá por meio de um saber-poder fundante do discurso hegemônico da indústria alimentícia, representante da modernização e do progresso em países periféricos como o Brasil. E, nesta perspectiva, são observados procedimentos de exclusão, ou seja, proibições relativas aos discursos que circulam na mídia: inicialmente, há interdição relativa à 'mídia tradicional', que não é confiável, pois divulga muitas 'invenções' de profissionais desinformados e celebridades midiáticas, de modo a fomentar a desinformação; há também

¹⁰ Entrevista de pesquisa concedida de forma online em 11 de março de 2021.

interdição quanto aos ‘*influencers* da alimentação’ por realizarem divulgação nutricional ruim. Também se observam as condições de possibilidade da *doutrina* e do *ritual* – esta última define a qualificação que aquele que fala deve possuir e o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso.

Segundo o entrevistado, “[...] a SBAN mudou inclusive a missão dela que é também falar pro público leigo”, pois o público quer saber mais sobre comida e sobre os ingredientes dos produtos alimentícios, mas as informações transmitidas pela ‘mídia tradicional’ não seriam confiáveis.

O representante da SBAN critica a associação entre comida e política, pois entende que comer é algo orgânico e não um ato político. Além disso, para o entrevistado, o guia alimentar brasileiro teria sido elaborado com viés político-partidário:

O guia alimentar brasileiro, que é um guia de saúde pública e de política alimentar do Brasil, é contra alimento industrializado. Porque ele tem todo um viés político, social. [...] E tem um médico, que é epidemiologista da USP, o nome dele é Carlos Monteiro. Ele é do PT. E foi na época do Lula que ele fez esse guia. É um guia totalmente torto.

Observamos a rarefação do discurso da ordem das exterioridades, tanto da *proibição/constrangimento* quanto principalmente da *interdição*, já que o coordenador da pesquisa “[...] é do PT” e o viés que isso acarreta seria incongruente com um documento ‘técnico’.

Por sua vez, o representante da ABIQ¹¹ procurou explicar o papel da entidade como porta-voz da cadeia produtiva do queijo – do campo até a indústria – para o público brasileiro, transmitindo informação segmentada e científica para a sociedade. Ressaltou ainda o queijo como um alimento saudável e que esta é uma tendência de toda a indústria alimentícia (produzir alimentos cada vez mais saudáveis), sem modismos e sem informações incorretas. Afinal, de acordo com o entrevistado, sem a indústria alimentícia haveria grande problema de falta de comida por causa de ineficiências de abastecimento, o que afetaria a população como um todo. Outra tendência apontada pelo entrevistado é a de aumento na produção e no consumo de queijo, seguindo anseios dos consumidores. Entende-se que as rarefações do discurso da *autoria* (a ABIQ pode falar por toda a cadeia produtiva), da *disciplina* (seguir as tendências) e do *ritual* (alimentos mais saudáveis devem ser produzidos porque fazem parte

¹¹ Entrevista de pesquisa concedida por escrito em 3 de junho de 2021.

do conjunto de signos que devem acompanhar o discurso) impregnam estas declarações.

De acordo com o representante da ABLV¹², as indústrias e entidades setoriais advogam por uma alimentação nutricionalmente equilibrada e variada: “[...] alimentação saudável é isso, ela tem que ser segura, do ponto de vista bacteriológico, ela tem que ser nutritiva e ser formada por produtos ou alimentos com intensidade nutricional”. E há ainda os órgãos de regulação e legislação dos alimentos: “Quando eu falo de assuntos institucionais eu falo da interface que temos com o Ministério da Agricultura, com a Anvisa, com o Secom, a Secretaria do Consumidor”. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é a principal entidade no processo de regulação e legislação dos alimentos, mas outras entidades também fazem parte desse ecossistema institucional da área, como o Ministério da Agricultura (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA) e a Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias (ABIA). O entrevistado destaca a proximidade com as instituições, evidenciando as relações de poder existentes e o saber-poder que legitima sua atuação junto aos órgãos de regulação. Essa legitimidade junto aos órgãos de regulação e legislação se expressa no relato sobre o novo modelo de rotulagem das embalagens, avaliado positivamente pelo representante da ABLV: “participamos de todas as consultas públicas no tocante a dizeres de rotulagem, temos um contato direto com o Ministério da Agricultura onde a gente trata regulamentos técnicos de produtos, de identidade, né?”. As rarefações da *autoria* e das *sociedades do discurso* evidenciam estratégias de legitimação do lugar de fala e de poder da entidade junto aos órgãos de regulação e legislação. Tal estratégia discursiva visibiliza as lógicas da indústria alimentícia, deslocando o debate para procedimentos técnicos no lugar de alimentação saudável.

4.2 Entidades favoráveis ao consumo de alimentos naturais e a exclusão dos ultraprocessados da alimentação

O representante da ACT¹³ critica os modelos alimentares oferecidos à população, enfatizando que aquilo que a indústria defende causaria problemas para a sociedade, como a obesidade presente em parcelas cada vez mais significativas da população brasileira. Neste sentido, a entidade defende a alimentação adequada e saudável e é contra os grupos alimentares. Neste trecho, as rarefações discursivas da *vontade de verdade* e da *autoria* são

¹² Entrevista pesquisa concedida de forma online em 11 de maio de 2021.

¹³ Entrevista de pesquisa concedida de forma online em 17 de março de 2021.

visíveis, isto porque questiona o que é verdadeiro e falso no que se refere à alimentação, bem como agrupa os discursos.

Além disso, a ACT e outras entidades da sociedade civil participam das discussões regulatórias e intercedem, segundo o entrevistado, em favor dos interesses da população: “quando a gente tá falando da saúde da população, a gente tá defendendo a saúde pública, a gente tá defendendo os direitos das pessoas”. Organizações da sociedade civil são atuantes nessas disputas e obtêm avanços porque seus argumentos seriam baseados em evidências científicas e, conseqüentemente, o entendimento sobre tudo que envolve o consumo de alimentos se baseia em evidências. Aqui vemos a atuação da condição de possibilidade do *ritual*, que define a qualificação daquele que fala e o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. Em se tratando de uma entidade institucionalizada, o representante entrevistado revela ter um lugar de fala nas relações de poder, bem como possuir um saber-poder que lhe dá legitimidade nas disputas discursivas alimentos ultraprocessados *versus* naturais e orgânicos.

A condição de possibilidade da *doutrina*, na qual vínculos a certos tipos de enunciação excluem outras formas de conexão, está presente quando o representante da ACT explicita as “interferências das indústrias alimentícias” e de seus representantes na esfera governamental, com o intuito de reduzir as leis e regulações em benefício próprio, para aumentar seus lucros. Intromissões que não deveriam ocorrer, pois causariam uma série de problemas alimentares que acarretariam transtornos na saúde da população como um todo. Assim afirma: “[...] a gente tá defendendo os direitos das pessoas. O compromisso desses setores não é com o isso. O compromisso desses setores é com o lucro”.

O representante da ASBRAN¹⁴ menciona a intenção da entidade em falar para a população de forma mais ampla, e não somente para seus afiliados: os nutricionistas. A alimentação deveria ser valorizada para aumentar a compreensão da população sobre os alimentos que ingerem, por exemplo, a comunicação dos produtos *light* precisaria explicar – e não omitir – que, nutricionalmente, ao se retirar um ingrediente (como o açúcar), outro precisa ser inserido. Conforme a teoria foucaultiana, as *apropriações sociais* ocorrem no ensino e representam uma síntese das demais condições de possibilidade, sendo assim, possuem elementos do *ritual*, da *sociedade do discurso* e da *doutrina*. Com efeito, percebemos a entidade como detentora de saberes inacessíveis para a maioria e, ao demonstrar interesse em

¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida de forma online em 18 de março de 2021.

compartilhar, vinculam os sujeitos a certo tipo de enunciação e o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso.

O representante da ASBRAN alega que a entidade se apoia na ciência e defende que a informação científica chegue até a população, já que hoje em dia tem-se fácil acesso a informações nutricionais, mas que nem sempre possuem base científica. Por exemplo, os programas de competições gastronômicas têm um lado positivo de valorizar a ‘comida de verdade’, mas por outro lado pecam pela falta de higiene:

Você vê pessoas cozinhando com unha grande, com unha com esmalte, com aliança, com pulseira, coçando o nariz, voltando a mexer, pegando um pano, limpando o suor e limpando o alimento. Eu acredito que na parte de higiene existe aí uma desinformação muito grande. [...] O próprio exemplo que passa para a população. Porque a gente tem muitos estudos que mostram que uma aliança pode ter uma quantidade de microrganismos que a gente encontra no corrimão do metrô. É uma questão de higiene que impacta na saúde.

A higiene emerge como uma rarefação do discurso do tipo do *comentário*, pois os enunciados a apresentam como uma condição *sine qua non*, em que não há possibilidade de outra enunciação. Por exemplo, cozinhar como praticado nos *talent shows* de gastronomia seria errado, sem discussão. Porém, se for assim, pouquíssimas pessoas que preparam sua ‘comida de verdade’ em casa o fazem corretamente. Nessa perspectiva, ter-se-ia de dar razão para a indústria alimentícia e seus representantes, quando afirmam que entregam produtos com mais segurança alimentar (sanitariamente melhores).

De acordo com o representante do NUPENS¹⁵, a questão alimentar estaria ligada à saúde, mas existe uma visão política impregnada neste debate, pois o sistema alimentar é influenciado pelo contexto político brasileiro. Por exemplo, a tentativa frustrada de atualização do Guia Alimentar para a População Brasileira que ocorreu em 2020, quando setores ligados à indústria queriam retomar o conceito do alimento como fornecedor de nutrientes (grupos alimentares), retirando do guia a classificação segundo o nível de processamento dos alimentos. Neste sentido, o guia alimentar possui uma visão diferente sobre a alimentação e os nutrientes, menos preocupada com o perfil nutricional e com mais foco na comida, pois essa abordagem, concentrada nos nutrientes e em dietas, seria restritiva. Com efeito, o guia alimentar, resultado do trabalho dos pesquisadores do NUPENS, seria combatido por conflitar com os interesses de setores privados, que tratam o consumo de alimentos como negócio:

¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida de forma online em 12 de março de 2021.

[...] há uma grande pressão, por parte das grandes indústrias de alimentos, para modificar as orientações do guia. O guia alimentar é uma grande pedra no sapato desses atores que não reconhecem, questionam a classificação, usam várias argumentações [...] para deslegitimar a classificação. E, na verdade, são argumentos totalmente não baseados em evidências, infundados. Tanto é que não tem até hoje nenhum artigo que eles conseguiram apresentar para o Ministério da Saúde, para questionar a classificação NOVA.

Note-se a *vontade de verdade* neste enunciado, pois, seja qual for o modelo mais apropriado, são constructos elaborados em contextos sociais, políticos e culturais que ganham e perdem força com o desenrolar dos acontecimentos e das relações de poder envolvidas. Para o entrevistado, o governo deveria se basear nas evidências científicas para o desenvolvimento de políticas públicas promotoras de saúde. A articulação entre políticas públicas e alimentação saudável seria fundamental para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), mas o desafio de implementar políticas públicas que incentivem a alimentação saudável torna-se imenso, tendo em vista as interferências por parte da indústria e as decisões do governo federal do então presidente Jair Bolsonaro, que não priorizavam a saúde da população. Assim, para reforçar as vozes em defesa de políticas públicas condizentes com a ciência, os pesquisadores do NUPENS interagem e até mesmo atuam em outras entidades, como o IDEC. Em relação a este relacionamento com outras entidades/institutos (e mesmo no que diz respeito ao posicionamento da entidade sobre o guia alimentar), vemos o agrupamento do discurso típico da rarefação da *autoria*, sendo o NUPENS o porta-voz e propagador do que seria uma alimentação saudável.

Por sua vez, o representante do IDEC¹⁶ explica que uma das linhas de atuação da entidade é voltada para a alimentação, por meio da qual a empresa divulga mensagens para os consumidores. A entidade investe em campanhas de comunicação publicitária, mas não tem poder de investimento comparável ao de uma grande indústria alimentícia, que coloca ultraprocessados constantemente na mídia, diferentemente do que acontece com os alimentos *in natura*. Com efeito, o IDEC molda e iguala o seu discurso às regras estritas de possibilidades da comunicação publicitária (rarefação discursiva da *disciplina*), tal qual as indústrias.

Para o entrevistado, as escolhas alimentares refletem posicionamentos políticos em um país que voltou a conviver com a insegurança alimentar e a fome após o desmantelamento de ações exitosas de combate à fome e desnutrição advindas do início do século XXI, como o

¹⁶ Entrevista de pesquisa concedida de forma online em 24 de março de 2021.

programa Fome Zero, criado em 2003. Neste sentido, a indústria não seria um exemplo de participação, socialização, regionalidade e diversidade no país. Assim, o discurso dessas entidades é o de que a *interdição* é o melhor caminho para combater o *lobby* promovido pela indústria, que busca somente beneficiar-se em detrimento das consequências que o consumo de seus produtos imputaria à população brasileira.

O IDEC participa de todo o processo de discussão e reuniões técnicas junto a Anvisa, levando propostas com base em evidências científicas, como no caso da escolha do novo modelo de rotulagem para alimentos embalados. Mais uma vez vemos a evidência científica sendo usada como discurso para legitimar a atuação de uma das entidades. Com efeito, trata-se da condição de possibilidade do *ritual*, que define a qualificação daquele que fala e o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso.

Para o entrevistado do IDEC, a rodada de consulta pública desses processos capitaneados pela Anvisa necessita chegar à população em geral, mesmo que esta não participe da discussão técnica. Por exemplo, poucos souberam que o modelo de lupa aprovado não passou por validação científica por meio de pesquisas acadêmicas antes de sua aprovação pela Anvisa, diferentemente de outros modelos que tiveram sua eficácia mensurada. O processo de aprovação deste modelo teria sido permeado por interferências, influências e interesses que não se concentram na saúde da população porque, se assim fosse, o modelo de rotulagem escolhido seria outro. No que se refere ao processo de consulta pública e demais trâmites processuais da Anvisa, as condições de possibilidade das *sociedades do discurso* imperam, pois poucos detêm o conhecimento global sobre o 'segredo' que é debatido, por mais que se possa participar de algumas das etapas.

5 Discussão geral

Das séries de enunciados analisadas, identificamos os principais argumentos utilizados em apoio ao consumo de alimentos industrializados e aqueles colocados em favor da comida natural. Para a defesa dos ultraprocessados, emergem os seguintes argumentos: alimento em sua dimensão nutricional, praticidade, tecnologia, segurança alimentar do ultraprocessado, bem como valorização de escolhas individuais. E, para a defesa dos alimentos naturais, os argumentos são: alimento pensado enquanto comida, políticas públicas em prol da população, alimentação e saúde coletiva, assim como o respeito às culturas alimentares locais.

Depreendemos também que, se os defensores da alimentação natural alegam que os ultraprocessados são causadores de malefícios à saúde individual e coletiva no médio e no longo prazo, os que advogam a favor dos alimentos ultraprocessados sublinham que a comida artesanal pode levar à contaminação por bactérias, fungos ou outros perigos escondidos nos alimentos produzidos sem o devido controle de qualidade. Se os alimentos naturais possibilitam escapar da ‘ordem do discurso’ do mercado global, os ultraprocessados hasteiam a bandeira da segurança, tecnologia e praticidade. As indústrias encorajam o consumo com moderação de todo o tipo de alimento, mas desde que estejam contemplados seus produtos (e até mesmo das empresas adversárias), sendo esta concorrência o propulsor da reorganização do capitalismo (Dardot; Laval, 2016). Desta forma, restringem a ação do sujeito, ou, conforme Rose (2011), regulam sua autonomia na esfera da subjetividade por meio de convocações comunicacionais (Prado, 2013) que evidenciam que as disputas de mercado ultrapassam o mercadológico e passam a interferir nos vínculos de sentido do consumo de alimentos. Afinal, a relação do sujeito com o alimento altera-se historicamente a depender da racionalidade e dos ordenamentos vigentes, ora pendendo para a dietética/saúde e ora rumando para o prazer sensorial e a gastronomia; sendo que atualmente podemos acrescentar a dimensão da produção de sentidos midiaticizada acerca do consumo de alimentos visibilizada nas práticas de consumo cotidianas.

A partir da publicação da segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira pelo Ministério da Saúde, em novembro de 2014, o estado de forças concernente à ‘comida de verdade’ passou a ofuscar o exercício de poderes das indústrias alimentícias, porque as relações de verdade, sujeito e poder modificaram-se com a emergência de novos saberes que instituíram outros campos de visibilidade e regimes de enunciados. Além disso, a expressão ‘alimento ultraprocessado’ foi ganhando notoriedade por conta da crescente adoção por profissionais da nutrição, *chefs* de cozinha, influenciadores, entre outras possibilidades.

A valorização dos engenheiros de alimentos e nutricionistas, apontados como essenciais para a produção de alimentos seguros e de qualidade para a população, está atrelada a tentativa de colocá-los como os únicos porta-vozes com legitimidade científica para falar sobre alimento e, concomitantemente, deslegitimar os influenciadores digitais, blogueiros e celebridades que, segundo este ponto de vista, são leigos e estariam postando seus vídeos no YouTube ou em outra plataforma apenas para lucrar, o que pode ser válido em muitos casos. No entanto, esses influenciadores alteram a lógica dos detentores do capital e intensificam as disputas discursivas, pois, com sua interação mediada online (Thompson, 2018) – dialógica e

orientada a uma multiplicidade de destinatários (muitos para muitos) –, também conseguem interagir com tantas ou até mais pessoas que as indústrias. Com efeito, novos saberes e poderes são engendrados nestas biossociabilidades que fomentam a emergência dos influenciadores digitais que tanto preocupam as indústrias alimentícias e as entidades entrevistadas que as representam, para quem a informação sobre alimentação deveria vir apenas de engenheiros de alimentos e nutricionistas.

Quanto à ‘rarefação do discurso’, ainda que o reforço das institucionalidades seja a estratégia discursiva esperada por parte daqueles que defendem os alimentos ultraprocessados, os defensores dos alimentos naturais também não fazem uma enunciação amplamente transgressora. Ambos os lados da controvérsia, em maior ou menor grau, são afeitos à ordem do discurso – às regras do mercado e às lógicas capitalistas. Assim, a ‘rarefação do discurso’ se evidencia com intensidade quando a indústria alimentícia enfatiza as institucionalidades – critica o guia alimentar e o modelo de rotulagem; valoriza a ciência, a formação de profissionais e o controle do processo produtivo. Por sua vez, os defensores dos alimentos naturais, embora reforcem a crítica às lógicas produtivas e aos interesses financeiros da indústria alimentícia, não vislumbram chegar ao ponto de alterar as relações de força no capitalismo, posto que a enunciação transgressora parece estar circunscrita à pauta política (valorização da cultura, da produção local e de políticas públicas). Vale destacar que o discurso midiático de menor rarefação seria aquele promovido por personalidades da mídia, na medida que circula para público amplo, em linguagem e argumentos acessíveis.

Para Foucault (2015), o regime de verdade é construído pelos efeitos de poder, coerções, tipos de discurso acolhidos, mecanismos de distinção dos enunciados falsos dos verdadeiros e como se referenda um e outro, além daquilo que legitima o regime de verdade e que pode validar aquilo que funciona como verdadeiro. A economia política da verdade está, pois, centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem. No *corpus* analisado, a referência à ciência e às instituições configura-se como a mola mestra da singularização discursiva e da instrumentalização do poder utilizada por ambos os lados da controvérsia para referendar os argumentos favoráveis ao seu espectro da disputa.

Quanto à produção de verdade, para entidades pró alimentação natural, comer é um ato político, o que implica, por exemplo, a valorização dos alimentos produzidos localmente por pequenos agricultores. Já as entidades favoráveis à inclusão de produtos industrializados na dieta dos brasileiros, ao entender que comer é um ato biológico e que pode ser carregado de afetividade, mas que é desprovido da dimensão política, naturalizam as relações de poder e

deslegitimam as disputas discursivas entre alimentos ultraprocessados e naturais. A controvérsia evidencia não somente as relações de poder econômico, mas também a dimensão política – de ação no mundo – que se expressa nas práticas alimentares.

Ao considerarmos a dimensão política do consumo, não nos referimos à política partidária – apesar de termos encontrado a referência da filiação do cientista do NUPENS a um partido de esquerda no depoimento do representante da SBAN. Se afirmamos que há desequilíbrio de poder entre as indústrias alimentícias e as entidades acadêmicas e/ou da sociedade civil que defendem a alimentação natural, nós o fazemos para contextualizar o cenário em que se dão as disputas e as relações de força implicadas na controvérsia, bem como para explicitar por que e pelo que se luta (Foucault, 1999).

A partir da análise do *corpus*, observamos que a responsabilização do indivíduo se sobrepõe à responsabilização compartilhada por meio de ações coletivas que geram políticas públicas para conter o avanço das DCNTs, por exemplo. As indústrias imputam a responsabilidade da alimentação ao próprio indivíduo. Quanto às relações de poder, a racionalidade neoliberal compõe o pano de fundo desta controvérsia que evidencia relações de força concernentes tanto ao poder econômico e à disputa por mercados consumidores quanto aos ordenamentos biopolíticos e à produção de subjetividades.

6 Considerações finais

O objetivo proposto neste artigo foi analisar como se desenvolvem as linhas de força e identificar exclusões nas disputas de produção de verdades e circulação de sentidos na controvérsia alimentos naturais *versus* ultraprocessados, tendo como marco temporal a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, de 2014. Por sua vez, a pesquisa procurou responder como se desenvolvem as relações de força e as disputas de produção de verdades e circulação de sentidos na referida controvérsia. Alguns dos principais argumentos levantados pelos defensores dos industrializados foram: alimento em sua dimensão nutricional e valorização de escolhas individuais. Já alguns dos principais pontos traçados por aqueles que advogam pelos naturais foram: alimento pensado enquanto comida e políticas públicas em prol da saúde coletiva.

Por meio da análise de discurso foucaultiana, verificamos, dentre outros achados, que ambos os lados alegam que se fundamentam na ciência como mola mestra da singularização discursiva e instrumentalização do poder em contexto de capitalismo e cultura do consumo. A

economia política da verdade está, portanto, centrada no discurso científico e nas instituições que produzem tais discursos.

Além disso, com o advento da segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, as relações de verdade, sujeito e poder modificaram-se em decorrência da emergência de novos saberes, os quais instituíram outros regimes de visibilidade e de vontade de verdade no campo do consumo alimentar. Na perspectiva da comunicação, a controvérsia é alimentada pelo dispositivo discursivo midiático, visibilizando a polarização ao fazer circular enunciados e discursos que expressam duas posições de sujeito e duas condutas políticas. Uma vez que a verdade é historicamente produzida e que sua circulação e consumo se dão no tecido social, especialmente nos processos comunicacionais midiáticos, torna-se fundamental refletir sobre as linhas de força e as relações de poder implicadas na controvérsia estudada, na medida em que elas alicerçam o caminho para a construção de políticas públicas e decisões governamentais.

Vale ressaltar ainda que ambos os lados da controvérsia são afeitos à ordem do discurso em alguma proporção. Assim, a enunciação dos defensores dos alimentos ultraprocessados tende a despolitizar o debate, enfatizando aspectos de nutrição e higiene, ou seja, a principal rarefação do discurso se dá nos termos do mercado, pois enfatiza a qualidade do produto e o papel do consumidor o qual, segundo os representantes das entidades, deveria ser mais interessado na composição dos alimentos que consome. Já os defensores dos alimentos naturais afirmam a dimensão política do alimento e o lugar das instituições governamentais, visto que o argumento principal recai sobre a saúde tanto do indivíduo quanto da população, daí a importância das políticas públicas. Tal enunciação funda-se no discurso político, no qual a rarefação também se apresenta, uma vez que o caminho para as políticas públicas não está evidente.

O recorte especificado neste artigo incluiu apenas as falas de representantes dos dois lados da controvérsia entre alimentos naturais *versus* ultraprocessados. Pondera-se que entrevistas com porta-vozes de entidades atuantes na referida controvérsia podem trazer uma limitação à pesquisa, ao polarizá-la. Sendo assim, para tentar contornar tal característica de polarização, trabalhos futuros em torno dessa disputa poderiam ter como foco estudos de recepção junto aos consumidores, a partir da exposição a peças publicitárias dessas entidades, ou mesmo de marcas que comercializem alimentos naturais ou ultraprocessados, a fim de investigar como os receptores reagem diante dessas mensagens.

Financiamento

Este artigo apresenta resultado final de pesquisas desenvolvidas com apoio da CAPES - bolsa PROSUP-CAPES (integral) e do CNPq, Processo: 422360/2021-0 - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados.

Referências

BARRETO FILHO, Eneus Trindade. Um olhar exploratório sobre o consumo e a mediação das marcas de alimentos nas vidas de algumas famílias. **Matrizes**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 77-96, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v6i1-2p77-96>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, proferida em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, Adriana; BARRETO FILHO, Eneus Trindade. A economia e o consumo mediado das marcas de alimentos e bebidas globais: algumas considerações. **Communicare**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 210-228, 2016.

GREGOLIN, Maria R. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 23-44.

GREGOLIN, Maria R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.

LAUDAN, Rachel. A plea for culinary modernism: why we should love new, fast, processed food. **Gastronomica: The Journal of Food and Culture**, Berkeley, v. 1, n. 1, p. 36-44, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/gfc.2001.1.1.36>. Acesso em: 27 mar. 2026.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MONTEIRO, Carlos A.; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; CASTRO, Inês R. R.; CANNON, Geoffrey. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 2039-2049, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010001100005>. Acesso em: 27 mar. 2026.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC, 2013.

RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biossociabilidade. In: RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. p. 135-157.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 27-57, 2006.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. São Paulo: Vozes, 2011.

TEIXEIRA, Lucas Vasconcelos. **Controle da alimentação, controle da vida: controvérsias midiático-discursivas e biopolíticas e biossociabilidades do consumo alimentar**. 2022. Tese (Programa de Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2022.

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44>. Acesso em: 27 mar. 2026.

Production of truths and circulation of meanings in the natural *versus* ultra-processed foods controversy

Abstract

In this article, we address the discursive disputes within the natural versus ultra-processed foods controversy, taking the 2014 second edition of the Food Guide for the Brazilian Population (Ministry of Health), as point of departure. We mobilized tenets of Foucauldian discourse analysis, among others, and concepts, such as discursive rarefactions, to investigate the following question: how do the power relations and disputes of the production of truths and circulation of meanings develop in the aforementioned controversy? The corpus consists of interviews with representatives of entities for and against ultra-processed foods. The analytical procedures encompass the examination of the main statements collected from the speeches of the eight interviewees, the identification of discursive rarefactions contained in these

statements and the analysis of the lines of force in the disputes over the production of truths, the circulation of meanings and the knowledge linked to the exercise of power. As for the results, we observe that both sides of the controversy use discursive rarefactions in an attempt to dominate the random event of the discourse, engendering knowledge and power within the logics of Brazilian food consumption. Other research findings include the statements of the advocates of ultra-processed foods that tend to depoliticize the debate, emphasizing aspects of nutrition and hygiene; on the contrary, statements by those in favor of natural foods stress the political dimension of food and the role of public policies, such as the Food Guide for the Brazilian Population – a reference for other guides on population nutrition.

Keywords

food consumption; Food Guide for the Brazilian population; knowledge-power; discursive rarefactions; foucauldian discourse analysis

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo pode ser solicitada aos autores (ver autoria para correspondência).

Declaração de autoria e responsabilidade

Concepção e elaboração do estudo: Lucas Teixeira
Coleta de dados: Lucas Teixeira
Análise e interpretação de dados: Lucas Teixeira, Tânia Hoff
Redação: Lucas Teixeira, Tânia Hoff
Revisão crítica do manuscrito: Lucas Teixeira, Tânia Hoff

Autoria para correspondência

Lucas de Vasconcelos Teixeira
lvteixeira@gmail.com

Como citar

TEIXEIRA, Lucas de Vasconcelos; HOFF, Tânia Marcia Cezar. Produção de verdades e circulação de sentidos na controvérsia alimentos naturais versus ultraprocessados. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, e-151775, 2026. Seção temática 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. DOI: <https://doi.org/10.22456/1807-8583.151775>

Recebido: 14/11/2025

Aceito: 10/03/2026

Copyright (c) 2026 Lucas de Vasconcelos Teixeira, Tânia Marcia Cezar Hoff Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

